

Diagnóstico Cidadania 2026

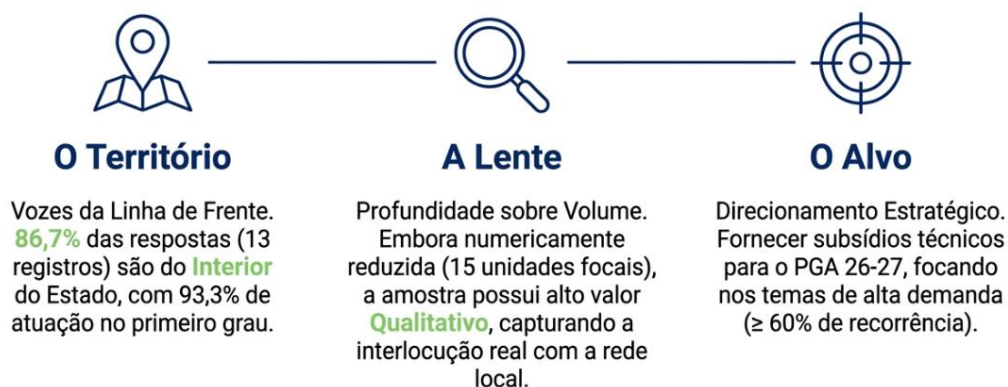
Caminhos para uma Atuação Estruturante - PGA 2026-2027



APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas e desafios das Promotorias de Justiça nas áreas de **Cidadania, especialmente nos eixos de população em situação de rua, pessoa com deficiência, pessoa idosa e atuação transversal com outras políticas públicas**. A análise foi construída a partir dos dados coletados via Form365, abrangendo respostas objetivas e qualitativas de membros com atuação predominantemente no primeiro grau e distribuídos majoritariamente no interior do Estado.

A análise destaca que temas como **acesso à saúde, dependência química, acolhimento institucional, educação inclusiva, atendimento especializado e violência contra a pessoa idosa (especialmente patrimonial e abandono familiar)** configuram as maiores prioridades, revelando uma necessidade de **intervenção estruturante e intersetorial nas políticas públicas e na organização da rede de proteção social**. Os dados também evidenciam que, embora haja atuação extrajudicial relevante e articulação institucional em parte das unidades, persistem fragilidades importantes relacionadas à ausência de diagnósticos locais, baixa efetividade das políticas públicas e insuficiência de serviços especializados.



Os resultados apontam para um cenário de **alta complexidade e demanda social nos territórios**, marcado por limitações estruturais tanto no âmbito das políticas públicas quanto na capacidade de resposta local, mas indicam também **potencial significativo de atuação institucional estruturante**, especialmente no contexto das comarcas do interior, onde se concentra a maioria das respostas. Este diagnóstico tem por objetivo apresentar subsídios técnicos para a elaboração do Plano Geral de Atuação para o biênio 2026–2027, instrumento central do planejamento institucional do MPCE, com vistas ao fortalecimento de uma atuação mais integrada, orientada por dados e voltada à efetividade das políticas públicas.

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas da **CIDADANIA** e atuação transversal.

A coleta ocorreu de **Maio de 2026**, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

Perfil das respostas

O **perfil de identificação das respostas recebidas** demonstra que o levantamento contou com **15 respostas únicas**, oriundas majoritariamente de órgãos com atuação no **primeiro grau (14 respostas; 93,3%)**, havendo apenas **1 resposta do segundo grau (6,7%)**. Quanto à distribuição por entrância, verificou-se a participação de **6 unidades de entrância inicial (40,0%)**, **3 de entrância intermediária (20,0%)** e **5 de entrância final (33,3%)**, além da unidade de segundo grau já mencionada.

Sob o ponto de vista territorial, as respostas apresentam **clara predominância do interior**, com **13 registros (86,7%)**, enquanto **Fortaleza** concentrou **2 respostas (13,3%)**. Entre as localidades com maior participação relativa, destacam-se **Fortaleza, Sobral e Iguatu**, cada uma com **2 respostas**, ao passo que **Beberibe, Saboeiro, Cruz, Boa Viagem, Bela Cruz, Uruoca, Amontada, Acopiara e Cedro** aparecem com **1 resposta cada**. Esse desenho revela uma amostra geograficamente espalhada, com presença em diferentes regiões do Estado.

Embora a amostra seja **numericamente reduzida**, possui **valor qualitativo relevante** para fins diagnósticos, porque se concentra em respostas oriundas, em sua maioria, de órgãos com atuação diretamente relacionada à temática investigada e com atribuições especializadas ou aderentes ao campo da cidadania. Assim, ainda que não permita generalizações estatísticas amplas sobre todo o universo institucional, o conjunto de respostas oferece insumos consistentes para identificar tendências, percepções recorrentes e pontos críticos da atuação ministerial no eixo analisado, sobretudo porque a

maior parte dos respondentes atua em contextos concretos de execução e interlocução com a rede local.

PRINCIPAIS TEMAS

Temas de Atuação (% menções)

Para fins de consistência metodológica, consideram-se como **temas de alta demanda** aqueles mencionados em **≥ 60% das respostas** (equivalente a pelo menos 9 das 15 respostas).

O Panorama das Vulnerabilidades



Situação de Rua



Pessoa com Deficiência (PCD)

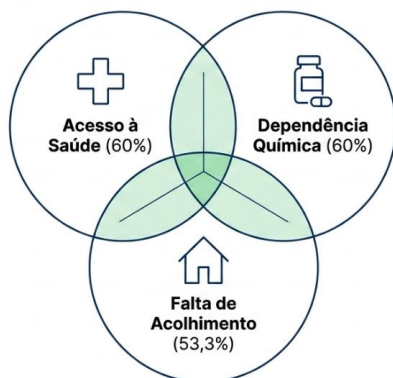


Pessoa Idosa

População em Situação de Rua

Nos dados analisados, configuram-se como temas de alta demanda:

Foco 1: População em Situação de Rua



A Tríade da Vulnerabilidade

As demandas formam um ciclo interdependente. A ausência de **resposta sistêmica** e coordenada exige intervenção **estruturante** na rede **socioassistencial** (Centro POP, CRAS, CREAS).

- **Acesso à saúde (9 respostas; 60%)**
- **Dependência química (9 respostas; 60%)**
- **Falta de acolhimento institucional (8 respostas; 53,3%)**

Observa-se que, ainda que o terceiro item não ultrapasse o limiar de 60%, ele se aproxima significativamente e compõe, na prática, o núcleo central das demandas.

Síntese analítica:

As demandas relativas à população em situação de rua estão fortemente concentradas em **questões estruturais de saúde pública e assistência social**, com destaque para a interdependência entre uso problemático de substâncias, necessidade de atendimento em saúde e insuficiência de equipamentos de acolhimento, indicando um padrão de vulnerabilidade complexa e persistente.

I – Justificativa

As respostas evidenciam forte incidência de **problemas estruturais interligados**: acesso precário à saúde (9), dependência química (9) e déficit de acolhimento (8).

As respostas abertas reforçam esse cenário ao mencionar: ausência de políticas públicas, fragilidade da rede socioassistencial (CRAS/CREAS/Centro POP), dificuldades de identificação da população e falta de diagnósticos atualizados. Também há registros de resistência do poder público e **limitações estruturais do próprio órgão de execução**. Esse conjunto indica que a população em situação de rua está inserida em um contexto de **vulnerabilidade multidimensional, com ausência de resposta sistêmica coordenada**.

II – Oportunidades de Atuação

As respostas apontam oportunidades claras: **indução à criação/expansão de políticas públicas**, ampliação de vagas de acolhimento, fortalecimento da articulação interinstitucional e intensificação da atuação extrajudicial (TACs, recomendações, audiências públicas). As experiências relatadas (ex.: criação de fluxos de atendimento, articulação com rede, atuação extrajudicial contínua) demonstram que há espaço para atuação estruturante do MPCE na **organização da rede local e institucionalização de fluxos**, com foco em saúde mental, assistência social e documentação civil.

Pessoa com Deficiência (PCD)

Temas de alta demanda identificados:

- **Educação inclusiva (10 respostas; 66,7%)**
- **Atendimento em saúde especializado (9 respostas; 60%)**

Também com relevância próxima:

- **Acessibilidade urbana (7 respostas; 46,7%)**

Síntese analítica:

A alta concentração em educação inclusiva e saúde especializada evidencia que o eixo da pessoa com deficiência ainda está fortemente condicionado à **capacidade do poder público em garantir inclusão em serviços essenciais**, com menor ênfase relativa (embora ainda relevante) em aspectos estruturais como acessibilidade física.

Foco 2: Pessoa com Deficiência (PCD)



I – Justificativa

Os dados indicam alta demanda em **educação inclusiva (10)** e **atendimento especializado em saúde (9)**. As respostas abertas evidenciam lacunas relevantes: baixo nível de acessibilidade urbana e arquitetônica, estrutura insuficiente dos serviços públicos, fragilidade dos Conselhos de Direitos e ausência de diagnósticos locais. Também se destaca a atuação ainda **reativa e pouco sistematizada**, com limitações estruturais e dificuldade de articulação interinstitucional. Esses elementos demonstram que o tema está marcado por **déficits estruturais persistentes e baixa institucionalização das políticas públicas**.

II – Oportunidades de Atuação

Há oportunidade de atuação estratégica na **fiscalização sistemática da acessibilidade**, indução à criação e qualificação de políticas públicas municipais e fortalecimento dos Conselhos.

As respostas abertas indicam ainda a necessidade de produção de orientações técnicas, capacitação de gestores e estruturação de projetos institucionais. Experiências relatadas demonstram potencial para atuação planejada e contínua, indicando espaço para o MPCE atuar como **indutor de políticas inclusivas e organizador da governança intersetorial**.

Pessoa Idosa

Temas de alta demanda:

- **Violência patrimonial/financeira (10 respostas; 66,7%)**
- **Abandono familiar (9 respostas; 60%)**

Foco 3: Pessoa Idosa



Próximo ao limiar:

- **Violência física ou psicológica (8 respostas; 53,3%)**

Síntese analítica:

A concentração das respostas revela que os principais problemas relacionados à pessoa idosa estão associados à **violação de direitos no âmbito familiar e econômico**, evidenciando um padrão de vulnerabilidade menos ligado à ausência de políticas públicas diretas e mais à **dinâmica de violência e negligência no contexto privado**, o que amplia a complexidade da atuação institucional.

I – Justificativa

As respostas evidenciam concentração de demandas em **violência patrimonial/financeira (10)** e **abandono familiar (9)**, além de violência física/psicológica (8).

Nas respostas abertas, destacam-se: insuficiência de ILPIs, subnotificação de casos de violência, fragilidade da rede de proteção e baixa articulação institucional. Em diversos relatos, há inexistência ou precariedade de serviços especializados. Esses dados indicam que o principal desafio está na **proteção efetiva contra violências e na ausência de suporte institucional adequado ao idoso**, com forte impacto do contexto familiar.

II – Oportunidades de Atuação

As respostas apontam como prioritário o **fortalecimento da rede de proteção**, combate à violência e indução à criação de políticas públicas, especialmente ILPIs.

Experiências exitosas relatadas destacam articulação com CREAS, Conselhos e secretarias municipais, evidenciando potencial de atuação interinstitucional.

Há oportunidade para o MPCE estruturar atuação preventiva e sistemática, com foco em monitoramento de casos, fiscalização e integração da rede, ampliando a proteção social e institucional da pessoa idosa.

Fragilidade Estrutural de Multifatores

Embora não haja um único item acima de 60% isoladamente, há um conjunto de dificuldades com **alta recorrência (6 respostas; 40%)**, incluindo:

- **Ausência ou insuficiência de políticas públicas**
- **Falta de estrutura da rede socioassistencial**
- **Limitações estruturais do órgão de execução**
- **Dificuldade de identificação da população**

Síntese analítica:

Não se observa concentração em um único fator crítico, mas sim um **padrão multifatorial de fragilidade estrutural**, indicando que os problemas enfrentados possuem natureza sistêmica e interdependente.

A Raiz do Problema: Fragilidade Multifatorial



A análise evidencia três eixos de alta demanda claramente definidos:

1. **População em situação de rua → saúde + dependência química + acolhimento**
2. **Pessoa com deficiência → educação inclusiva + saúde especializada**
3. **Pessoa idosa → violência patrimonial e abandono**

De forma transversal, os dados indicam que essas demandas estão fortemente influenciadas por **déficits estruturais do poder público e limitações institucionais**, o que reforça a necessidade de atuação estruturante do MPCE.

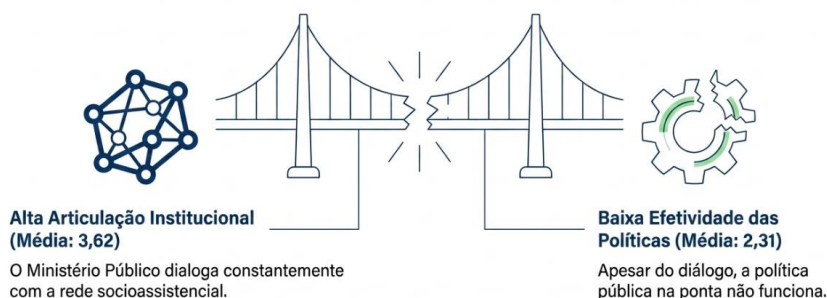
ANÁLISE SWOT

 Forças Capacidade Instalada. Atuação extrajudicial recorrente (TACs, recomendações) e articulação com a rede socioassistencial já consolidada.	 Oportunidades Atuação Estruturante. Indução de políticas municipais (ILPIs, acolhimento), produção de dados e organização intersetorial da rede.
 Fraquezas Ponto Cego. Déficit crítico de diagnósticos locais e atuação frequentemente reativa. Baixa efetividade das políticas públicas (nota 2,31).	 Ameaças Omissão Pública. Insuficiência estrutural dos serviços, crescimento de demandas complexas (saúde mental) e subnotificação crônica.

FORÇAS

- **Atuação extrajudicial presente e recorrente**
 - Média de atuação relevante (3,23) e múltiplas menções a TACs, recomendações e audiências públicas indicam capacidade instalada de intervenção.
- **Articulação institucional já consolidada em parte das unidades**
 - Média de articulação de 3,62 com a rede socioassistencial evidencia base funcional para atuação intersetorial.

O Grande Paradoxo da Atuação



O Descompasso O problema atual não é a falta de diálogo, mas a **incapacidade de implementação e governança local**. Conversar com a rede não basta; é preciso estruturá-la.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Existência de fluxos institucionais em parcela significativa dos municípios**
 - 8 respostas apontam fluxos existentes e aplicados, o que reduz custo de implementação de melhorias.
- **Experiências exitosas locais (respostas abertas)**
 - Relatos de articulação com rede, criação de fluxos e atuação estruturante demonstram capacidade de replicação de boas práticas.

FRAQUEZAS

- **Déficit crítico de diagnósticos e dados locais**
 - Baixa proporção de diagnósticos atualizados e alta incidência de desconhecimento do cenário.
- **Baixa efetividade das políticas públicas**
 - Média geral de 2,31 para população em situação de rua revela fragilidade institucional relevante.
- **Atuação predominantemente reativa (especialmente em PCD)**
 - 7 unidades indicam atuação reativa na fiscalização de acessibilidade.
- **Limitações estruturais do próprio MPCE (respostas abertas)**
 - Equipes reduzidas, acúmulo de atribuições e falta de apoio técnico aparecem como fatores recorrentes.
- **Fragilidade da rede de proteção local**
 - Insuficiência de serviços (CRAS, CREAS, Centro POP, ILPIs) relatada em diferentes contextos.

OPORTUNIDADES

- **Indução de políticas públicas municipais**
 - Alta demanda por criação/expansão de políticas e serviços (acolhimento, ILPIs, acessibilidade).
- **Fortalecimento da atuação extrajudicial estruturante**
 - Respostas indicam espaço para intensificação e sistematização dessa atuação como eixo estratégico.
- **Organização e integração da rede de proteção**
 - Potencial de atuação do MPCE como coordenador/interlocutor entre assistência, saúde e demais políticas.

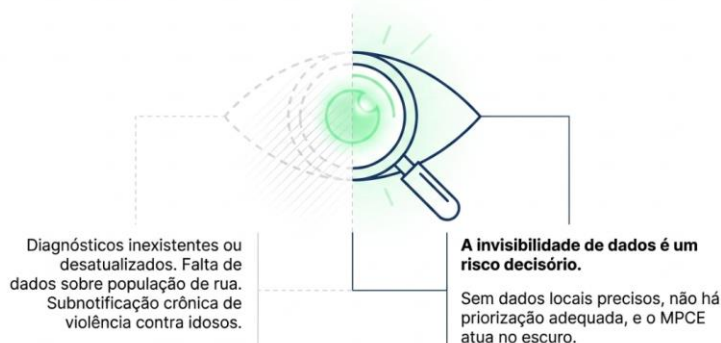
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Produção de diagnósticos e sistemas de informação**
 - Lacuna identificada abre espaço para atuação estruturante com impacto transversal.
- **Capacitação da rede e dos gestores locais**
 - Demandas explícitas por formação técnica e apoio institucional nas respostas abertas.

AMEAÇAS

- **Insuficiência estrutural dos serviços públicos**
 - Alta incidência de falta de acolhimento, ausência de ILPIs e serviços especializados.
- **Crescimento de demandas complexas (saúde mental e dependência química)**
 - Temas com maior frequência nas respostas, exigindo políticas integradas ainda inexistentes em vários territórios.
- **Resistência ou omissão do poder público local (respostas abertas)**
 - Indicada como dificuldade recorrente para implementação de soluções estruturais.

O Ponto Cego: A Invisibilidade dos Dados



A transição de 'ação' para 'ação orientada por evidências' é o pilar fundamental para 2026.

- **Subnotificação e invisibilidade de violações (especialmente idosos)**
 - Casos de violência e abandono não plenamente captados ou enfrentados.
- **Fragmentação e baixa institucionalização da atuação transversal**
 - Ausência ou fragilidade de protocolos e integração entre áreas do MPCE.

A análise evidencia um cenário em que **há capacidade institucional instalada (forças)**, porém limitada por **fragilidades**

estruturais internas e externas (fraquezas), diante de um ambiente de alta demanda social complexa (ameaças), mas com amplo espaço para atuação estratégica e estruturante do MPCE (oportunidades).

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas não configuram, em geral, uma política institucional estruturada, mas evidenciam **capacidade de inovação local, protagonismo dos membros e adaptação às limitações estruturais**, especialmente em cenários marcados por ausência de dados, fragilidade da rede e insuficiência de políticas públicas. O diagnóstico revela que essas iniciativas, ainda que isoladas, constituem experiências relevantes que poderiam ser **capturadas, sistematizadas e disseminadas institucionalmente**, funcionando como referência para padronização e qualificação da atuação do MPCE.

Principais Boas Práticas Identificadas

- **Atuação extrajudicial contínua e estruturante**
 - Uso de TACs, recomendações e audiências públicas articuladas com a rede para enfrentamento de demandas complexas.
- **Articulação interinstitucional ativa com a rede local**
 - Integração com CRAS, CREAS, saúde e assistência social para construção conjunta de soluções.
- **Implementação de fluxos institucionais de atendimento**
 - Criação de protocolos para identificação, acompanhamento e encaminhamento de populações vulneráveis.
- **Acompanhamento contínuo por procedimentos administrativos**
 - Instauração de PAs para monitoramento sistemático de políticas públicas e grupos vulneráveis.
- **Promoção de capacitações e integração da rede**
 - Realização de workshops, fóruns e reuniões técnicas para qualificação da atuação intersetorial.
- **Atuação voltada à indução de políticas públicas locais**
 - Fomento à criação de serviços (ex.: ILPIs, centros de atendimento) por meio de articulação com gestores.

- **Planos de atuação estratégica por promotoria**
 - Desenvolvimento de iniciativas planejadas com foco em públicos específicos (ex.: população em situação de rua, idosos).
- **Busca ativa e atendimento itinerante**
 - Ações voltadas à identificação e inclusão de populações vulneráveis com dificuldade de acesso a serviços.

As práticas identificadas demonstram que, mesmo diante de limitações estruturais, há **núcleos de atuação qualificada e potencial de replicabilidade**, indicando oportunidade concreta de institucionalização dessas experiências no âmbito do CAOCidadania.

Casos Emblemáticos Relevantes

“Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento contínuo da população em situação de rua, com articulação que resultou na implantação de serviço especializado sobre drogas e realização de workshop e fórum da rede.”

Esse caso é relevante por evidenciar:

- atuação contínua (não pontual)
- indução de política pública concreta
- articulação intersetorial com impacto

Achados Relevantes

Há **pontos relevantes adicionais não destacados anteriormente** que emergem da leitura minuciosa da planilha de respostas e dos gráficos e que merecem registro por sua relevância diagnóstica:

1. Descompasso entre articulação institucional e efetividade das políticas públicas

Evidência: Articulação com a rede: média **3,62** e efetividade das políticas públicas (rua): **2,31**

Análise:

Há um **gap claro entre articulação e resultado final**. Mesmo com boa interação institucional, as políticas públicas permanecem pouco efetivas.

Justificativa: Indica que o problema não é apenas de articulação, mas de:

- capacidade de implementação - qualidade da política pública - governança local



2. Polarização da capacidade institucional entre unidades

Evidência (respostas abertas):

- Registros de atuação “estruturada, contínua e com monitoramento”
- Convivendo com respostas do tipo: “não sei”, “não conheço”, “assumi há pouco tempo”

Análise:

Existe uma **assimetria significativa entre promotorias**, indicando:

- núcleos de excelência e unidades com baixa maturidade institucional

Justificativa: Esse padrão sugere necessidade de:

- padronização institucional
- difusão de boas práticas
- apoio a unidades menos estruturadas

3. Baixa institucionalização da atuação transversal

Evidência:

- Poucas unidades com fluxos formalizados
- Parte relevante não participa de iniciativas intersetoriais
- Registros de atuação paralela ou sem integração

Análise:

Embora os problemas sejam intrinsecamente transversais, a atuação ainda é:

- Fragmentada e não sistematizada

Justificativa: Indica que a transversalidade existe na prática, mas não na estrutura institucional.

4. Invisibilidade parcial de dados críticos (subnotificação estrutural)

Evidência:

- Falta de dados sobre população em situação de rua
- Diagnósticos inexistentes ou desatualizados
- Registros de ausência de informações sobre violência contra idosos

Análise:

Não se trata apenas de ausência de política, mas de **ausência de visibilidade do problema**.

Justificativa:

Sem dados não há priorização adequada, não há atuação estratégica.

Esse é um risco estrutural não apenas operacional, mas também decisório.

5. Concentração de atuação no campo extrajudicial com baixa mensuração de resultados

Evidência:

- Atuação extrajudicial presente (média 3,23)
- Ausência de menção consistente a monitoramento de impacto nas respostas

Análise:

Há forte uso de instrumentos extrajudiciais, porém pouco evidenciamento de resultados concretos e ausência de indicadores de efetividade.

Justificativa:

Indica necessidade de evolução da atuação de “ação” → para “ação + mensuração de impacto”.

Conclui-se que os dados revelam aspectos estruturais não explicitados anteriormente, especialmente:

- **descompasso entre articulação e resultado**
- **heterogeneidade institucional relevante**
- **transversalidade não institucionalizada**
- **déficit de dados como problema central**
- **atuação ativa, mas pouco mensurada**

Esses elementos são críticos porque não aparecem no diagnóstico diretamente como “demandas” mas impactam **a efetividade de todas as ações.**



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contribuições Relevantes para Transversalidade

Transversalidade: Da Prática Fragmentada à Estrutura



Hoje (Informal):

A transversalidade acontece na prática devido ao esforço individual, mas esbarra na ausência de protocolos, fluxos despadronizados e atuação paralela sem integração formal.



PGA 26-27 (Institucionalizada):

A transversalidade como condição estrutural. Exige a formalização de fluxos intersetoriais, unindo Saúde, Assistência Social e Segurança sob protocolos unificados.

1. Centralidade da articulação interinstitucional como eixo transversal

- Evidência: média elevada de articulação (3,62) e relatos frequentes de integração com CRAS, CREAS, saúde e rede socioassistencial.
- Contribuição: demonstra que a atuação em cidadania já ocorre de forma **intrinsecamente transversal**, exigindo integração com assistência, saúde e segurança.
- Fundamentação: as respostas abertas indicam que soluções dependem mais da coordenação da rede do que de atuação isolada.

2. Atuação extrajudicial como instrumento articulador entre áreas

- Evidência: uso recorrente de TACs, recomendações e audiências públicas (média 3,23).
- Contribuição: a atuação extrajudicial surge como **ferramenta transversal por natureza**, permitindo atuação simultânea em múltiplas políticas (saúde, assistência, direitos humanos).
- Fundamentação: respostas abertas apontam essa atuação como principal mecanismo de indução de políticas públicas.

3. Dependência de políticas públicas integradas

- Evidência: alta demanda simultânea em saúde, assistência social, dependência química, educação inclusiva e proteção ao idoso.
- Contribuição: reforça que os problemas são **transversais por essência**, não podendo ser resolvidos por uma única política ou área do MP.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Fundamentação: respostas abertas indicam falhas sistêmicas (não pontuais), exigindo atuação coordenada entre múltiplos setores.

4. Necessidade de fluxos institucionais e protocolos interáreas

- Evidência: respostas indicam existência parcial de fluxos e, ao mesmo tempo, dificuldades por ausência de protocolos claros.
- Contribuição: evidencia que a transversalidade depende da **formalização de fluxos intersetoriais**, tanto internos (MPCE) quanto externos (rede).
- Fundamentação: múltiplas respostas abertas citam ausência de fluxos como entrave direto à atuação.

5. Fragilidade informacional como obstáculo transversal

- Evidência: baixa proporção de diagnósticos atualizados e recorrência de desconhecimento da realidade local.
- Contribuição: demonstra que a falta de dados compromete **todas as áreas simultaneamente**, dificultando planejamento integrado.
- Fundamentação: respostas abertas indicam ausência de dados como elemento crítico para atuação em qualquer eixo (rua, PCD, idoso).

Os dados revelam que a transversalidade no MPCE pois já existe na prática (articulação + atuação extrajudicial), entretanto é **pouco estruturada institucionalmente** (falta de fluxos, dados e protocolos) e enfrenta **problemas sistêmicos que exigem atuação integrada por natureza**.

O diagnóstico destaca ainda que a transversalidade não é opcional — ela é uma **condição estrutural da atuação em cidadania**, já refletida nas demandas e nas dificuldades apontadas pelas próprias unidades.

Ações Estratégicas CAOCIDADANIA/MPCE (26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Ações Estratégicas 2026-2027:
Inteligência e Rede****Ações Estratégicas 2026-2027:
Políticas e Atuação****1. Implantação de Diagnóstico Local Padronizado**

Justificativa: Baixa presença de diagnósticos atualizados e recorrente desconhecimento da realidade local.

Descrição: Criar modelo de diagnóstico territorial com indicadores mínimos para rua, PCD e idoso, com atualização periódica e apoio técnico.

#inteligência

2. Programa Estruturado de Atuação Extrajudicial

Justificativa: Atuação já presente, porém pouco sistematizada entre unidades.

Descrição: Padronizar TACs, recomendações e audiências em roteiros de atuação replicáveis para temas prioritários.

#extrajudicial

3. Plano de Indução de Políticas Públicas Municipais

Justificativa: Ausência/fragilidade de políticas aparece de forma recorrente nas respostas.

Descrição: Desenvolver estratégia institucional para exigir criação/qualificação de políticas de acolhimento, ILPIs e acessibilidade.

#políticaspúblicas

4. Fortalecimento da Rede Socioassistencial Local

Justificativa: Falta de estrutura de CRAS, CREAS e serviços foi amplamente relatada.

Descrição: Atuar junto aos municípios para estruturação da rede, com monitoramento contínuo e atuação articulada com assistência social.

#rede

5. Programa de Enfrentamento à Dependência Química

Justificativa: Alta incidência nas demandas da população em situação de rua.

Descrição: Fomentar integração entre saúde mental, assistência social e políticas sobre drogas com atuação intersetorial estruturada.

#saúde

6. Plano de Ampliação de Equipamentos de Acolhimento

Justificativa: Déficit de acolhimento é uma das principais demandas nos territórios.

Descrição: Induzir criação/expansão de centros de acolhimento e Centro POP via pactuação com gestores municipais.

#rua

7. Programa de Fiscalização Sistemática da Acessibilidade

Justificativa: Baixos níveis de acessibilidade e atuação ainda reativa.

Descrição: Instituir cronogramas de fiscalização contínua em espaços públicos e privados, com monitoramento de resultados.

#inclusão

8. Fortalecimento dos Conselhos de Direitos

Justificativa: Fragilidade e ausência de conselhos foram mencionadas nas respostas abertas.

Descrição: Promover ativação, qualificação e acompanhamento dos Conselhos da Pessoa com Deficiência e do Idoso.

#controle

9. Programa de Proteção Integral à Pessoa Idosa

Justificativa: Altos índices de violência patrimonial e abandono familiar.

Descrição: Estruturar atuação coordenada com saúde, assistência e segurança para prevenção e enfrentamento das violências.

#idoso

10. Indução à Criação de ILPIs e Serviços Especializados

Justificativa: Insuficiência de ILPIs é uma das principais dificuldades apontadas.

Descrição: Atuar para criação de ILPIs por meio de recomendações, TACs e ações estruturais junto aos municípios.

#idoso

11. Sistema de Integração de Informações Institucionais

Justificativa: Falta de dados e dificuldade de compartilhamento entre áreas.

Descrição: Desenvolver plataforma para registro e compartilhamento de dados entre promotorias e áreas do MPCE.

#inteligência

12. Capacitação Intersectorial de Membros e Rede

Justificativa: Demandas por capacitação aparecem nas respostas abertas.

Descrição: Promover formações em atuação transversal, políticas públicas e integração com a rede de proteção.

#capacitação

As ações propostas respondem diretamente aos achados do diagnóstico:

- ✓ enfrentam lacunas estruturais (dados, políticas, rede)
- ✓ aproveitam forças existentes (atuação extrajudicial, articulação)
- ✓ exploram oportunidades (indução de políticas, integração)
- ✓ mitigam ameaças (ausência de serviços, violência, fragmentação)

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.

Ação Local MPCE	Iniciativa Radar CNMP	Aderência
Diagnóstico / Sistema de Integração	2.1.2.1 Ciência de dados e Base nacional	✓ ALTA
Indução de Políticas Municipais	1.4.13.2 Saúde básica / 1.4.02.1 Educação	✓ ALTA
Fortalecimento da Rede Local	1.3.1.1 Atuação em rede e parcerias	✓ ALTA
Ampliação de Acolhimento / ILPIs	1.4.04.1 Políticas de acolhimento a vulneráveis	✓ ALTA
Enfrentamento à Dependência Química	1.4.06.2 Comunidades terapêuticas	✓ ALTA

AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Implantação de Diagnóstico Local Padronizado	2.1.2.1 Projeto de ciência de dados nos MPs	ALTA	Ambas tratam da produção estruturada de dados para subsidiar decisões. A ação do CNMP prevê estrutura nacional de dados, enquanto a proposta local operacionaliza essa diretriz no nível territorial.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Plano de Indução de Políticas Públicas Municipais	1.4.13.2 Políticas de saúde básica / 1.4.02.1 Educação integral	ALTA	A ação do diagnóstico concretiza a diretriz do CNMP de indução e monitoramento de políticas públicas, especialmente nas áreas sociais prioritárias.
Fortalecimento da Rede Socioassistencial Local	1.3.1.1 Atuação em rede e parcerias	ALTA	Ambas convergem diretamente na lógica de atuação em rede e integração interinstitucional como condição de efetividade das políticas públicas.
Programa de Enfrentamento à Dependência Química	1.4.06.2 Fiscalização em comunidades terapêuticas	ALTA	A ação local amplia e operacionaliza a diretriz do CNMP voltada à saúde mental, incorporando dimensão preventiva e intersetorial.
Plano de Ampliação de Equipamentos de Acolhimento	1.4.04.1 Políticas de acolhimento a vulneráveis	ALTA	A proposta está diretamente alinhada à diretriz de promoção de políticas de acolhimento para populações vulneráveis, sendo sua materialização local.
Sistema de Integração de Informações Institucionais	1.1.2.2 Base nacional de dados / 2.1.2.1 Ciência de dados	ALTA	Correspondência direta com iniciativas de integração de dados e inteligência institucional previstas no RADAR.
Capacitação Intersetorial de Membros e Rede	3.4.2.1 Desenvolvimento de competências	ALTA	A ação local operacionaliza a diretriz CNMP de desenvolvimento de competências técnicas, com foco em atuação transversal.

CONCLUSÃO

O diagnóstico evidencia um cenário em que o MPCE possui **capacidade institucional relevante e iniciativas qualificadas**, especialmente no uso de instrumentos extrajudiciais e na articulação com a rede local, mas ainda enfrenta **fragilidades estruturais importantes**, como a ausência de dados sistematizados, a baixa efetividade das políticas públicas e a insuficiente institucionalização da atuação transversal. As demandas identificadas — saúde, acolhimento institucional, inclusão, proteção ao idoso e enfrentamento da dependência química — revelam problemas complexos, intersetoriais e persistentes, que exigem respostas igualmente integradas e estruturantes.

Ao mesmo tempo, o conjunto de evidências aponta para **um amplo espaço de evolução estratégica**, com potencial de fortalecimento da atuação orientada por dados, indução de políticas públicas e organização da rede de proteção. A consolidação desses elementos no Plano Geral de Atuação 2026–2027 representa uma oportunidade concreta de aprimorar a efetividade institucional. **Mais do que ampliar a atuação, o desafio central é qualificá-la de forma integrada, estruturada e orientada por evidências.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



“Mais do que ampliar a atuação, o desafio central é qualificá-la de forma integrada, estruturada e orientada por evidências.”

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa